

RISCOS E OPORTUNIDADES DO COMÉRCIO EXTERIOR EM ECONOMIAS EMERGENTES NA ÚLTIMA DÉCADA: UMA AVERIGUAÇÃO ENTRE 2014 E 2024

Stephany Lucas Batista¹
Verônica de Sousa Gomes²
Julio Cesar Molon Bevilacqua³

RESUMO: A influência do comércio internacional nas economias emergentes tem suas desvantagens. Essas economias são frequentemente expostas a uma variedade de riscos quando participam de mercados globais, incluindo flutuações nas taxas de câmbio, volatilidade dos preços de commodities e instabilidade política. Assim, a análise dos riscos e oportunidades do comércio exterior é essencial para criar planos que maximizem os benefícios e minimizem as vulnerabilidades. Objetivou-se, com esta pesquisa, averiguar os riscos e oportunidades do comércio exterior para economias emergentes, identificando os principais desafios e estratégias que podem ser adotadas para maximizar os benefícios e mitigar os impactos adversos no contexto do comércio internacional. A seleção deste tema é justificada pela importância das economias emergentes na economia mundial e pela demanda por uma avaliação detalhada dos obstáculos e oportunidades que essas nações encontram no âmbito do comércio internacional. Nas últimas décadas, as economias emergentes mostraram um desempenho sólido, atuando como impulsionadores do crescimento econômico e contribuindo de maneira significativa para o aumento do comércio mundial. No eixo metodológico, tratou-se de uma revisão bibliográfica exploratória e comparativa sob as vias de uma pesquisa qualitativa com enfoque em obras dos últimos 10 anos (2014-2024). De modo complementar, utilizou-se de bases documentais com foco em obras da última década. Como resultado, frisou-se a importância de uma abordagem equilibrada que considere tanto os riscos quanto as oportunidades, e oferece recomendações práticas para políticas que possam apoiar o desenvolvimento contínuo e a integração bem-sucedida das economias emergentes no comércio global. Concluiu-se, ainda, que a integração de práticas sustentáveis e a promoção de inovação e diversificação são demandadas para garantir que essas economias possam maximizar seu potencial e enfrentar os desafios do comércio exterior com confiança e eficácia.

6232

Palavras-chave: Comércio Exterior. Economias Emergentes. Riscos Econômicos. Oportunidades de Crescimento. Políticas de Comércio Internacional.

¹ Tecnólogo em Comércio Exterior, Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec).

² Tecnólogo em Comércio Exterior, Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec).

³ Especialização em Business Intelligence, Big Data E Analytics - Ciência De Dados. Universidade Anhanguera - Uniderp, UNIDERP, Brasil. Título: Business Intelligence, Big Data E Analytics - Ciência De Dados. Especialização em Negócios Internacionais. (Carga Horária: 366h). Centro Universitário Senac, SENAC/SP, Brasil. Título: Projeto Empresa Internacional.

Orientador: Nadye Gentil. Graduação em Logística e Transportes. FATEC ZONA LESTE, FATEC%20ZL, Brasil. Título: Análise dos Procedimentos de Importação do Fio 100% Poliéster. Orientador: Carlos Alberto Di Lorenzo. Curso técnico/profissionalizante em Logística. Escola Técnica Estadual Lauro Gomes, ETEC LAURO GOMES, Brasil.

ABSTRACT: The influence of international trade on emerging economies has its drawbacks. These economies are often exposed to a variety of risks when participating in global markets, including exchange rate fluctuations, commodity price volatility and political instability. Therefore, analyzing the risks and opportunities of foreign trade is essential to create plans that maximize benefits and minimize vulnerabilities. The objective of this research was to investigate the risks and opportunities of foreign trade for emerging economies, identifying the main challenges and strategies that can be adopted to maximize benefits and mitigate adverse impacts in the context of international trade. The selection of this topic is justified by the importance of emerging economies in the world economy and the demand for a detailed assessment of the obstacles and opportunities that these nations encounter in the context of international trade. In recent decades, emerging economies have shown solid performance, acting as drivers of economic growth and contributing significantly to increased world trade. In terms of methodology, it was an exploratory and comparative bibliographic review through qualitative research focusing on works from the last 10 years (2014-2024). In a complementary way, documentary bases were used focusing on works from the last decade. As a result, it highlighted the importance of a balanced approach that considers both risks and opportunities, and offers practical recommendations for policies that can support the continued development and successful integration of emerging economies into global trade. It was also concluded that the integration of sustainable practices and the promotion of innovation and diversification are required to ensure that these economies can maximize their potential and face the challenges of foreign trade with confidence and effectiveness.

Keywords: Foreign Trade. Emerging Economies. Economic Risks. Growth Opportunities. International Trade Policies.

1 INTRODUÇÃO

6233

O comércio exterior possui um papel elementar no desenvolvimento econômico das nações, funcionando como um catalisador para a integração global e a disseminação de inovação, tecnologia e cultura. Em particular, as economias emergentes, que se encontram em uma fase de rápido crescimento econômico e transformação estrutural, têm no comércio exterior uma ferramenta primária para sustentar esse progresso e acelerar sua inserção no mercado global (Ribeiro *et al.*, 2020). Essas economias, geralmente caracterizadas por um mercado interno em expansão e por políticas voltadas à modernização econômica, utilizam o comércio internacional como um meio de diversificar suas fontes de receita, aumentar sua competitividade e reduzir a dependência de setores econômicos tradicionais (Arruda; Salazar, 2021).

No contexto de economias emergentes, o comércio exterior corrobora para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao passo que impacta na geração de empregos, no acesso a novas tecnologias e no aumento da produtividade. A abertura comercial permite que essas economias se beneficiem de economias de escala e de

um maior fluxo de investimentos estrangeiros diretos, fatores que são essenciais para o desenvolvimento de infraestruturas modernas e para o fortalecimento do setor produtivo (Rocha; Moreira; Silveira, 2017). Aliás, ao se engajarem no comércio internacional, esses países possuem a oportunidade de melhorar suas balanças comerciais e, conseqüentemente, fortalecer suas moedas e estabilizar suas economias (Bonfim; Padovani; Duque, 2015).

Todavia, o papel do comércio exterior nas economias emergentes não é isento de desafios. A inserção nesses mercados globais muitas vezes expõe essas economias a uma série de riscos, como a volatilidade dos preços de commodities, flutuações nas taxas de câmbio e instabilidade política. Portanto, a análise dos riscos e oportunidades associados ao comércio exterior é essencial para formular estratégias eficazes que maximizem os benefícios e minimizem as vulnerabilidades (Fernandes, 2023).

A escolha desta temática justifica-se pela relevância das economias emergentes no cenário econômico global e pela necessidade de uma análise aprofundada dos desafios e das possibilidades que essas nações enfrentam no contexto do comércio internacional. As economias emergentes têm demonstrado um desempenho robusto nas últimas décadas, destacando-se como motores de crescimento econômico e contribuindo substancialmente para a expansão do comércio global. Entretanto, a inserção dessas economias nos mercados internacionais está sujeita a um conjunto complexo de riscos, que inclui desde a volatilidade financeira até a vulnerabilidade a crises políticas e econômicas.

O objetivo geral desta pesquisa é averiguar os riscos e oportunidades do comércio exterior para economias emergentes com ênfase na última década, identificando os principais desafios e estratégias que podem ser adotadas para maximizar os benefícios e mitigar os impactos adversos no contexto do comércio internacional. Em relação aos objetivos específicos, estimou-se caracterizar os principais riscos econômicos, políticos e financeiros que as economias emergentes enfrentam no comércio exterior, explorar as oportunidades de crescimento e diversificação econômica oferecidas pelo comércio exterior para as economias emergentes e evidenciar as políticas e estratégias de comércio exterior adotadas por

economias emergentes de sucesso, identificando boas práticas e lições que possam ser aplicadas em outros contextos semelhantes.

Deste modo, a seguinte questão-problema direciona esta pesquisa: Quais são os principais riscos e oportunidades que as economias emergentes enfrentam no comércio exterior e como essas nações podem adotar estratégias eficazes para maximizar os benefícios e mitigar os desafios associados?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Características e Desafios das Economias Emergentes

O comércio exterior refere-se à venda e relações comerciais de bens, serviços, capitais e informações entre diferentes nações. Este processo abrange as principais atividades econômicas que envolvem transações comerciais além das fronteiras nacionais, incluindo exportações, importações, investimentos estrangeiros e transferências de tecnologia. O comércio exterior denota-se como a base na economia global, pois permite que os países aproveitem suas vantagens comparativas, especializando-se na produção de bens e serviços nos quais possuem maior eficiência e, em troca, adquirindo produtos que são mais caros ou difíceis de produzir domesticamente (Fernandes, 2023).

A importância do comércio exterior vai além das transições comerciais, haja vista que ele é um motor de crescimento econômico, promovendo o desenvolvimento de mercados, estimulando a inovação e criando oportunidades de emprego. Com a ampliação dos mercados para além das fronteiras nacionais, o comércio exterior possibilita o aumento da escala de produção, reduzindo custos e preços, o que beneficia tanto produtores quanto consumidores. Ademais, ele incentiva a competitividade entre as empresas, impulsionando-as a melhorar a qualidade dos produtos e a adotar novas tecnologias para se manterem relevantes no cenário global. Neste contexto, o comércio exterior não só dinamiza as economias nacionais, como também contribui para a estabilidade econômica global, ao fomentar interdependências que reduzem o risco de conflitos e promovem a cooperação internacional (Arruda; Salazar, 2021).

Ao possibilitar que os países concentrem sua produção em bens e serviços nos quais possuem vantagem comparativa, o comércio exterior promove uma maior eficiência global. Esse processo reduz custos de produção e amplia a oferta de produtos no mercado internacional. Por exemplo, o Brasil, com condições favoráveis para o cultivo de soja, consegue exportar esse produto a um custo competitivo, enquanto importa produtos tecnológicos de países como os Estados Unidos, que têm uma vantagem nesse setor. Assim, cada país otimiza o uso de seus recursos, o que impulsiona o crescimento econômico tanto em nações desenvolvidas quanto em economias emergentes (Bonfim; Padovani; Duque, 2015).

Não obstante, o comércio exterior beneficia a disseminação de inovações tecnológicas e melhores práticas industriais, pois facilita o fluxo de conhecimento entre as nações. Ao importar bens e serviços de alta tecnologia, os países em desenvolvimento podem acelerar o seu progresso industrial e melhorar sua infraestrutura, o que é essencial para o desenvolvimento econômico a longo prazo. Adicionalmente, o comércio exterior estimula a concorrência global, forçando as empresas a inovar e a se tornar mais eficientes, o que resulta em produtos de melhor qualidade a preços mais competitivos para os consumidores (Arruda; Salazar, 2021).

Por outro lado, o comércio exterior influencia significativamente a distribuição de riqueza entre as nações, gerando tanto impactos positivos quanto negativos. Países com excedentes comerciais, por exemplo, acumulam reservas financeiras que podem ser direcionadas para investimentos estratégicos, fortalecendo suas economias (Padrón *et al.*, 2015). No entanto, essa interdependência econômica também aumenta a vulnerabilidade global, uma vez que crises em uma nação ou região podem rapidamente se espalhar e afetar outras economias. Exemplos disso incluem a crise financeira de 2008, originada no mercado imobiliário dos Estados Unidos e que rapidamente impactou diversas economias ao redor do mundo, e os efeitos econômicos globais da pandemia de COVID-19, que interromperam cadeias de suprimento e afetaram o comércio global. Esses eventos ressaltam a necessidade de uma gestão prudente e de políticas comerciais equilibradas (Fernandes, 2023).

O comércio exterior, enquanto atividade econômica de caráter internacional, é sustentado por diversas teorias econômicas que buscam explicar as razões pelas quais

os países se envolvem em trocas comerciais, as dinâmicas que governam essas interações e os efeitos que delas derivam para as economias envolvidas. Estas teorias oferecem uma base teórica sólida para compreender as complexidades e os benefícios do comércio internacional, proporcionando aos economistas e formuladores de políticas uma estrutura analítica para a tomada de decisões estratégicas. A análise dessas teorias é essencial para o entendimento dos mecanismos subjacentes ao comércio exterior e para a formulação de políticas que promovam o desenvolvimento econômico equilibrado (Arruda; Salazar, 2021).

A Teoria da Vantagem Comparativa, proposta por David Ricardo no início do século XIX, é uma das bases fundamentais para o entendimento do comércio exterior. Esta teoria parte do princípio de que os países se beneficiam ao se especializarem na produção de bens para os quais possuem uma vantagem comparativa, ou seja, aqueles em que podem produzir a um custo relativamente menor em comparação a outros países, mesmo que sejam menos eficientes na produção de todos os bens. A vantagem comparativa não depende da eficiência absoluta na produção, mas da eficiência relativa (Padrón *et al.*, 2015).

Deste modo, compreende-se que ao se especializarem e comercializarem esses bens, os países conseguem aumentar a eficiência global, permitindo que todas as nações envolvidas no comércio se beneficiem. Este conceito explica por que países com diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades produtivas podem se engajar mutuamente no comércio internacional de forma vantajosa. Por exemplo, um país com abundância de mão de obra e tecnologia avançada pode se especializar na produção de produtos de alta tecnologia, enquanto outro país com abundância de recursos naturais pode se concentrar na produção de bens primários. Essa especialização permite a maximização do bem-estar global, promovendo a alocação eficiente dos recursos e a expansão dos mercados (Arruda; Salazar, 2021).

Já a Teoria das Correntes de Comércio, também conhecida como Teoria das Cadeias Globais de Valor, foca nas dinâmicas contemporâneas do comércio internacional, onde as economias globais estão interconectadas através de redes complexas de produção e distribuição. Esta teoria examina como os diferentes estágios de produção de bens são fragmentados globalmente, com cada país contribuindo em diferentes partes da cadeia de valor, de acordo com suas vantagens

comparativas. Nesse ínterim, o comércio exterior não se limita mais à simples exportação de produtos acabados, mas envolve a importação e exportação de insumos intermediários e serviços que compõem o produto final (Zucoloto, 2015).

A teoria sugere que as correntes de comércio são influenciadas por fatores como custos de transporte, avanços tecnológicos e políticas comerciais. Empresas multinacionais desempenham um papel central ao coordenar essas cadeias de valor globais, distribuindo diferentes etapas de produção para países que oferecem condições mais vantajosas, como mão de obra mais barata, incentivos fiscais ou acesso a recursos naturais. Essa fragmentação da produção cria uma nova dinâmica no comércio internacional, onde os países, ao se inserirem estrategicamente nas cadeias globais de valor, podem melhorar sua competitividade e obter ganhos econômicos significativos, mesmo sem possuir uma base industrial completa (Ribeiro *et al.*, 2020).

Na Teoria dos Fatores de Produção, desenvolvida por Eli Heckscher e Bertil Ohlin, parte-se do princípio de que as diferenças na dotação de fatores de produção entre países são a principal causa do comércio internacional. Segundo essa teoria, os países exportam bens que intensivamente utilizam os fatores de produção que são abundantes em sua economia, enquanto importam aqueles que requerem fatores relativamente escassos. Assim, um país com abundância de terra e recursos naturais tenderá a exportar produtos agrícolas e matérias-primas, enquanto países com abundância de capital ou mão de obra qualificada se especializarão na exportação de bens industriais e serviços (Bonfim; Padovani; Duque, 2015).

Esta teoria enfatiza a correlação entre a dotação de recursos de um país e a estrutura de seu comércio exterior, argumentando que as diferenças na disponibilidade de fatores como terra, trabalho e capital explicam as variações nos padrões de comércio entre as nações. A Teoria dos Fatores de Produção também frisa que o comércio internacional pode levar à equalização dos preços dos fatores de produção entre os países, à medida que a demanda por bens intensivos em certos fatores aumenta, ajustando assim os salários e os retornos ao capital de forma a refletir essas mudanças (Fernandes, 2023).

O Modelo de Heckscher-Ohlin, uma extensão da Teoria dos Fatores de Produção, oferece uma visão mais formal e sistemática das relações entre dotação de

fatores e comércio internacional. Este modelo propõe que as vantagens comparativas de um país não são determinadas apenas pelas suas tecnologias, mas principalmente pela sua dotação de fatores de produção. Heckscher e Ohlin argumentam que o comércio entre dois países ocorre porque cada um deles possui diferentes proporções de fatores de produção, como terra, trabalho e capital (Ribeiro *et al.*, 2020).

De acordo com este modelo, um país que é relativamente abundante em capital exportará bens que são intensivos em capital, enquanto um país relativamente abundante em trabalho exportará bens que são intensivos em trabalho. Esta lógica se baseia na premissa de que os países possuem vantagens comparativas em produtos que utilizam intensivamente os fatores de produção mais abundantes localmente. Além disso, o modelo sugere que o comércio internacional leva à equalização dos preços dos fatores de produção, contribuindo para a convergência econômica entre as nações (Padrón *et al.*, 2015).

O Modelo de Heckscher-Ohlin tem sido utilizado para explicar padrões de comércio observados na realidade, especialmente no contexto de países com diferentes níveis de desenvolvimento. Embora tenha recebido críticas e modificações ao longo do tempo, este modelo continua sendo uma ferramenta fundamental na análise econômica do comércio internacional, oferecendo insights valiosos sobre como as diferenças nas dotações de fatores moldam as relações comerciais entre as nações (Zucoloto, 2015).

As economias emergentes, caracterizadas por um crescimento econômico acelerado e uma industrialização em expansão, têm apresentado um papel cada vez mais significativo no comércio global. Estas nações, anteriormente marginalizadas na arena econômica internacional, agora ocupam posições de destaque, moldando novas dinâmicas e desafios no cenário do comércio exterior. As economias emergentes, como China, Brasil, Índia e África do Sul, têm se tornado atores cruciais no comércio internacional, contribuindo de forma significativa para o crescimento do comércio global. Esses países têm não apenas aumentado suas exportações, mas também diversificado suas bases de produção e comércio, abrangendo uma vasta gama de produtos e serviços. A integração dessas economias no sistema comercial global tem impulsionado o fluxo de bens, capitais e tecnologia, ao mesmo tempo em

que desafia o status quo econômico dominado por economias desenvolvidas (Padrón *et al.*, 2015).

A incumbência das economias emergentes no comércio global é dupla: por um lado, elas servem como importantes mercados consumidores, impulsionados por suas crescentes classes médias e urbanização acelerada; por outro, elas são fontes vitais de produtos manufaturados, commodities e serviços, muitas vezes explorando suas vantagens comparativas em mão de obra ou recursos naturais. A ascensão dessas economias reflete mudanças estruturais na economia global, onde as forças tradicionais de produção e consumo estão se redistribuindo, resultando em uma nova configuração das correntes de comércio. Este papel emergente também pressiona por reformas nas instituições econômicas internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), para que reflitam melhor os interesses e as realidades dessas nações (Zucoloto, 2015).

Os modelos de crescimento e desenvolvimento adotados pelas economias emergentes têm variado significativamente, refletindo suas diferentes estruturas econômicas, políticas e sociais. Alguns países adotaram estratégias baseadas em exportações, onde o crescimento econômico é impulsionado por uma forte ênfase na produção para mercados externos. Este modelo, observado em nações como China e Vietnã, baseia-se na mobilização de vastos recursos de mão de obra, na atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) e na adoção de políticas industriais que incentivam a competitividade global de suas empresas (Rocha; Moreira; Silveira, 2017).

Em contrapartida, há economias emergentes que buscam um modelo de crescimento mais equilibrado, combinando o desenvolvimento do mercado interno com a expansão das exportações. Países como Brasil e Índia exemplificam essa abordagem, onde políticas de substituição de importações coexistem com incentivos à exportação. Este modelo procura reduzir a dependência de mercados externos e proteger setores estratégicos da economia, ao mesmo tempo em que busca inserir-se nas cadeias globais de valor de forma competitiva (Zucoloto, 2015).

Inclusive, as economias emergentes enfrentam o desafio de transformar o crescimento econômico em desenvolvimento sustentável. Isso envolve não apenas o aumento do PIB, mas também a redução da pobreza, a melhoria das condições de

vida e a criação de empregos de qualidade. Os modelos de crescimento adotados por essas nações precisam equilibrar a necessidade de rápida industrialização com as exigências de sustentabilidade ambiental e inclusão social. As políticas de comércio exterior, portanto, devem estar alinhadas com esses objetivos de longo prazo, garantindo que o crescimento econômico não apenas seja robusto, mas também inclusivo e sustentável (Bonfim; Padovani; Duque, 2015).

As estratégias de comércio e desenvolvimento em economias emergentes são, em grande medida, moldadas por suas prioridades nacionais e pelo contexto global em que operam. Essas estratégias envolvem a formulação de políticas comerciais que não apenas incentivem as exportações, mas também promovam a diversificação econômica, a industrialização e a inserção competitiva nas cadeias globais de valor (Arruda; Salazar, 2021).

Um aspecto crítico das estratégias de comércio exterior dessas economias é a negociação de acordos comerciais bilaterais e multilaterais que favoreçam o acesso a mercados estrangeiros, ao mesmo tempo em que protegem setores vulneráveis da economia doméstica. As economias emergentes, conscientes das pressões de competir com economias mais avançadas, frequentemente buscam termos de comércio que permitam um período de transição para suas indústrias, ao mesmo tempo em que obtêm vantagens tarifárias e acesso a tecnologias avançadas (Padrón *et al.*, 2015).

Analogamente, essas estratégias envolvem a criação de zonas econômicas especiais (ZEEs), onde são oferecidos incentivos fiscais e infraestruturas avançadas para atrair investimentos estrangeiros diretos. Estas zonas têm sido fundamentais para transformar regiões subdesenvolvidas em centros industriais dinâmicos, contribuindo para a industrialização e para o aumento das exportações. No entanto, as economias emergentes também enfrentam o desafio de garantir que o crescimento impulsionado por essas estratégias seja sustentável e que os benefícios do comércio internacional sejam amplamente distribuídos entre a população (Zucoloto, 2015).

Portanto, as estratégias de comércio e desenvolvimento nas economias emergentes refletem uma combinação de objetivos econômicos imediatos e de longo prazo, onde o comércio exterior desempenha um papel central na construção de economias resilientes e competitivas. A eficácia dessas estratégias depende da

capacidade dos governos em equilibrar as exigências do comércio internacional com as necessidades domésticas de desenvolvimento, assegurando que o crescimento econômico resulte em melhorias concretas na qualidade de vida de suas populações (Padrón *et al.*, 2015).

2.2 Oportunidades e Riscos Associados

Os riscos políticos e institucionais representam adversidades para a estabilidade e o crescimento das economias emergentes. Estes riscos, frequentemente interrelacionados, podem afetar de maneira substancial o ambiente de negócios e a capacidade dessas economias de alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A compreensão desses riscos é crucial para a formulação de políticas eficazes e para a atração de investimentos externos, que são vitais para o progresso econômico e a integração global (Arruda; Salazar, 2021).

A instabilidade política e os conflitos internos constituem um dos principais riscos enfrentados pelas economias emergentes. Muitas dessas economias são marcadas por sistemas políticos relativamente novos ou frágeis, onde a governabilidade pode ser instável devido a conflitos étnicos, sociais ou regionais. Essa instabilidade pode manifestar-se em diversas formas, incluindo protestos massivos, movimentos separatistas, e crises de governança que perturbam a normalidade das operações econômicas e a confiança dos investidores (Souza *et al.*, 2015).

Os conflitos internos não só afetam a estabilidade política, mas também têm repercussões diretas sobre a economia. A violência e a insegurança podem paralisar atividades produtivas, interromper cadeias de suprimentos e aumentar os custos operacionais para as empresas. Além disso, a incerteza política pode levar à redução de investimentos estrangeiros e ao desvio de recursos públicos de áreas essenciais, como infraestrutura e educação, para a segurança e o gerenciamento de crises (Padrón *et al.*, 2015).

Em um ambiente global onde as economias estão cada vez mais integradas, as políticas protecionistas podem ter impactos prejudiciais sobre o comércio internacional e sobre as cadeias globais de valor. A adoção de tarifas e restrições

comerciais visa proteger indústrias locais da concorrência externa, mas pode também provocar retaliações de parceiros comerciais e aumentar os custos de insumos e produtos para os consumidores locais (Zucoloto, 2015).

As políticas protecionistas podem prejudicar a competitividade das economias emergentes, limitando seu acesso a mercados internacionais e impedindo a inovação e o desenvolvimento tecnológico. A imposição de barreiras comerciais pode também desencorajar a entrada de novos investidores e reduzir as oportunidades de exportação para produtos manufaturados e agrícolas. Para tanto, a busca por um equilíbrio entre a proteção de setores estratégicos e a abertura ao comércio internacional é essencial para que as economias emergentes possam se beneficiar das oportunidades globais sem comprometer seu crescimento a longo prazo (Rocha; Moreira; Silveira, 2017).

A corrupção e a qualidade das instituições são fatores cruciais que influenciam diretamente a eficácia das políticas públicas e o ambiente de negócios nas economias emergentes, especialmente no setor de infraestrutura. Nesse contexto, a corrupção pode ocorrer em várias etapas dos projetos, como em licitações e concessões públicas, onde empresas oferecem subornos para vencer contratos ou obter benefícios fiscais indevidos. Esse tipo de prática compromete a transparência e a competitividade, elevando os custos dos projetos e desviando recursos que poderiam ser aplicados em serviços essenciais. Como resultado, a confiança dos cidadãos e dos investidores é abalada, a implementação de políticas públicas é prejudicada, e a alocação eficiente dos recursos é comprometida (Zucoloto, 2015).

Neste enfoque, para mitigar os riscos políticos e institucionais, é necessário implementar reformas que fortaleçam as instituições e promovam a boa governança. A criação de sistemas transparentes e responsáveis, a promoção da justiça e a eliminação da corrupção são passos fundamentais para melhorar a qualidade das instituições e assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico sustentável (Padrón *et al.*, 2015).

Os riscos econômicos e financeiros são aspectos primários que impactam a estabilidade e o crescimento das economias emergentes. Estes riscos, que frequentemente se inter-relacionam, podem exercer uma pressão significativa sobre a capacidade dessas economias de manter um crescimento sustentável e de integrar-

se eficazmente aos mercados globais. A gestão adequada desses riscos é essencial para assegurar um ambiente econômico estável e para promover a confiança dos investidores (Zucoloto, 2015).

Isto posto, as flutuações cambiais e a volatilidade monetária são riscos econômicos significativos para as economias emergentes, que geralmente enfrentam uma maior instabilidade em suas taxas de câmbio devido a diversos fatores, como especulação no mercado financeiro, mudanças nas condições econômicas globais e incertezas políticas. A alta volatilidade cambial pode afetar negativamente o ambiente de negócios, elevando os custos das transações internacionais e introduzindo incertezas sobre os custos e receitas futuras (Ribeiro *et al.*, 2020).

Para economias emergentes, que frequentemente dependem de financiamento externo em moeda estrangeira, as flutuações cambiais representam um desafio significativo e diferenciado. Nessas economias, a desvalorização da moeda local aumenta diretamente o custo de pagamento da dívida externa, já que os governos e empresas precisam destinar uma maior quantidade de moeda local para honrar esses compromissos em dólar ou euro, por exemplo (Zucoloto, 2015).

Esse impacto é severo em países emergentes, onde as reservas cambiais podem ser limitadas, gerando uma pressão adicional sobre a capacidade de pagamento e, em casos mais graves, levando a crises de liquidez. Essas crises são menos comuns em economias desenvolvidas, que geralmente possuem maior estabilidade cambial e acesso a linhas de crédito mais robustas, evidenciando a vulnerabilidade específica dos países emergentes às oscilações cambiais. Em resposta, os países podem adotar políticas de intervenção no mercado de câmbio ou ajustar suas taxas de juros, mas tais medidas podem também ter efeitos secundários sobre a economia interna e sobre o crescimento econômico (Ribeiro *et al.*, 2020).

A inflação e a instabilidade de preços são, de fato, questões que afetam algumas economias emergentes, mas sua intensidade e frequência variam. Em países como Brasil, China e Índia, que possuem economias relativamente sólidas e instituições financeiras mais robustas, esses problemas são mais controláveis. No entanto, a inflação elevada ainda representa um risco em diversos contextos e é frequentemente impulsionada por choques externos (como variações bruscas nos

preços de commodities), políticas fiscais expansionistas e, em alguns casos, por problemas estruturais específicos (Piveta *et al.*, 2022).

A volatilidade nos preços das commodities, por exemplo, afeta fortemente essas economias, que frequentemente dependem das exportações desses bens. Esse fator, porém, nem sempre é negativo: a alta do dólar, por exemplo, pode beneficiar exportadores ao aumentar a competitividade dos produtos no mercado internacional, favorecendo o saldo comercial e impulsionando a entrada de divisas. Além disso, para mitigar a inflação, os bancos centrais em economias emergentes frequentemente recorrem a políticas monetárias restritivas, o que, embora ajude a estabilizar os preços, pode elevar os custos de financiamento e impactar o crescimento econômico de forma adversa (Rocha; Moreira; Silveira, 2017).

Outro fator relevante é o acesso ao crédito, que, em algumas economias emergentes, é limitado. Isso ocorre, em parte, devido a sistemas financeiros menos desenvolvidos ou a uma percepção elevada de risco por parte de investidores internacionais e instituições financeiras. Essa restrição no crédito pode limitar as oportunidades de financiamento para empresas e dificultar o crescimento econômico e a inovação (Zucoloto, 2015).

Isto posto, as condições de financiamento para economias emergentes podem ser voláteis e sujeitas a mudanças bruscas, especialmente em resposta a alterações nas condições econômicas globais ou a crises financeiras. As taxas de juros elevadas e a escassez de crédito podem exacerbar os problemas financeiros das empresas e dos governos, prejudicando a capacidade de atender a compromissos financeiros e de promover projetos de desenvolvimento. A busca por alternativas de financiamento, como parcerias público-privadas ou a diversificação de fontes de investimento, pode ser uma estratégia importante para superar essas restrições e promover a estabilidade econômica (Padrón *et al.*, 2015).

Para enfrentar os riscos econômicos e financeiros, é crucial que as economias emergentes implementem políticas eficazes que promovam a estabilidade macroeconômica, melhorem a regulação financeira e diversifiquem suas fontes de financiamento. A construção de um sistema financeiro robusto e transparente, juntamente com a implementação de políticas monetárias e fiscais prudentes, pode

ajudar a mitigar os impactos adversos desses riscos e a promover um ambiente econômico mais seguro e previsível (Piveta *et al.*, 2022).

Os riscos de mercado e operacionais representam obstáculos para as economias emergentes, afetando diretamente sua capacidade de competir globalmente e de operar de forma eficiente. Esses riscos podem comprometer a estabilidade das empresas e a sustentabilidade do crescimento econômico, exigindo uma gestão estratégica e cuidadosa para minimizar seus impactos. A compreensão e a mitigação desses riscos são essenciais para que as economias emergentes possam se integrar efetivamente aos mercados internacionais e garantir operações estáveis e produtivas (Oliveira, 2015).

A concorrência internacional e o acesso a mercados são questões críticas para as economias emergentes, que frequentemente enfrentam desafios significativos ao tentar competir com economias mais desenvolvidas. A competição global pode ser intensa e desafiadora, especialmente para indústrias em crescimento ou setores que ainda estão em processo de desenvolvimento. Empresas em economias emergentes podem encontrar dificuldades em termos de inovação, tecnologia, e eficiência produtiva, o que pode afetar sua capacidade de competir eficazmente nos mercados internacionais (Zucoloto, 2015).

Logo, o acesso a mercados internacionais pode ser limitado por barreiras comerciais, políticas de tarifas e regulamentações não-tarifárias impostas por países desenvolvidos. Tais barreiras podem restringir a entrada de produtos e serviços dessas economias emergentes, limitando suas oportunidades de exportação e crescimento. Para enfrentar esses desafios, é fundamental que as economias emergentes desenvolvam estratégias de competitividade e busquem acordos comerciais que favoreçam a redução das barreiras de entrada e promovam a expansão de seus mercados externos (Rocha; Moreira; Silveira, 2017).

Problemas de logística e cadeia de suprimentos são riscos operacionais significativos para as economias emergentes, que muitas vezes enfrentam deficiências na infraestrutura e na eficiência dos processos logísticos. A logística inadequada pode resultar em altos custos de transporte, atrasos nas entregas e dificuldades no gerenciamento de inventário, o que pode comprometer a eficiência operacional e a competitividade das empresas (Ribeiro *et al.*, 2020).

Além disso, a fragilidade na cadeia de suprimentos pode levar a interrupções significativas, afetando a capacidade das empresas de atender à demanda e de manter a continuidade das operações. As economias emergentes podem enfrentar desafios como a falta de infraestrutura de transporte adequada, problemas na coordenação entre diferentes elos da cadeia de suprimentos e ineficiências na gestão de inventário. Melhorias na infraestrutura logística, na gestão de cadeia de suprimentos e na coordenação entre fornecedores e distribuidores são essenciais para reduzir esses riscos e melhorar a eficiência operacional (Souza *et al.*, 2015).

As questões regulatórias e de compliance representam um risco concernente às economias emergentes, onde o ambiente regulatório pode ser complexo e sujeito a mudanças frequentes. A conformidade com regulamentações e leis locais é fidedigno para o funcionamento das empresas, e a falta de clareza regulatória pode levar a incertezas e riscos operacionais (Rocha; Moreira; Silveira, 2017).

Empresas em economias emergentes tendem a enfrentar desafios relacionados à interpretação e aplicação das regulamentações, o que pode resultar em custos adicionais e riscos legais. A diversidade de regulamentações, a complexidade das leis e a possibilidade de mudanças abruptas nas políticas podem criar um ambiente de negócios imprevisível, afetando a tomada de decisões e a estratégia de operação das empresas. Portanto, é essencial que as empresas adotem práticas de compliance eficazes e se mantenham atualizadas sobre as regulamentações locais e internacionais para minimizar riscos e garantir operações seguras e conformes (Souza *et al.*, 2015).

A gestão adequada dos riscos de mercado e operacionais requer uma abordagem estratégica que inclua a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de risco, o fortalecimento da infraestrutura logística e a adoção de políticas de compliance rigorosas. Ao abordar esses riscos de maneira proativa, as economias emergentes podem melhorar sua capacidade de competir no cenário global, otimizar suas operações e promover um ambiente econômico mais estável e previsível (Ribeiro *et al.*, 2020).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologicamente, incorporou-se uma revisão bibliográfica exploratória e comparativa embasada a partir de uma pesquisa qualitativa. De modo complementar, utilizou-se de bases documentais com foco em obras da última década.

Como fatores de composição, excluiu-se dados advindos artigos com falta de correlação com o tema ou por serem fechados, excederem a regra temporal estabelecida, serem incoerentes com as definições de idioma (português e inglês) ou por se apresentarem como fragmentos ou obras incompletas.

Neste panorama, o método comparativo, em particular, aborda duas séries ou fatos análogos de diferentes meios sociais ou áreas do conhecimento, visando identificar elementos comuns entre eles. Este método encontra aplicação em diversas áreas científicas, especialmente nas ciências sociais, permitindo a pesquisa em grandes grupamentos humanos em universos populacionais distintos e geograficamente distantes (FACHIN, 2005).

Da mesma maneira, destaca-se a caracterização das escalas qualitativas, uma vez que esta abordagem permite que a imaginação e a criatividade dos pesquisadores guiem a proposição de trabalhos que explorem novos enfoques. A pesquisa documental, por exemplo, é vista como uma forma inovadora, capaz de trazer contribuições no estudo de determinados temas. Além disso, os documentos são frequentemente considerados fontes importantes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo atenção especial (GODOY, 1995).

Para Neves (1996, p. 4), a pesquisa documental é composta pela avaliação de informações que ainda não obtiveram um tratamento analítico ou que podem ser “reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados”.

Utilizou-se dados obras e artigos científicos de autores nacionais e estrangeiros com ênfase em datações posteriores a 2014, cujos resultados foram obtidos em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Similarmente, pontuou-se esta composição através dos termos: “comércio exterior”,

“economias emergentes”, “riscos econômicos”, “oportunidades de crescimento” e “políticas de comércio internacional”.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

globalização e as mudanças nas preferências dos consumidores estão moldando o cenário de demanda de maneiras significativas. A análise dessas tendências pode revelar áreas de crescimento potencial e identificar setores com oportunidades promissoras. Em exemplificação, o aumento da demanda por produtos sustentáveis e tecnologias verdes tem gerado oportunidades para setores relacionados a energias renováveis e práticas de produção ambientalmente responsáveis. Da mesma forma, a digitalização progressiva e o aumento do comércio eletrônico estão criando novas oportunidades para empresas que oferecem soluções tecnológicas e plataformas online. A capacidade de antecipar e adaptar-se a essas tendências permite que as economias emergentes aproveitem as oportunidades setoriais e posicionem suas indústrias para atender às demandas emergentes no mercado global (Arruda; Salazar, 2021).

Os acordos comerciais e as parcerias são instrumentos essenciais para a expansão de mercados e o acesso a novos consumidores. Tais acordos podem reduzir barreiras comerciais, facilitar o acesso a mercados internacionais e promover a cooperação econômica entre países e empresas. A participação em acordos comerciais regionais e internacionais pode proporcionar vantagens competitivas significativas, como a redução de tarifas, o acesso preferencial a mercados e a oportunidade de estabelecer redes de negócios mais amplas.

Além dos acordos comerciais, a formação de parcerias estratégicas pode ser uma abordagem eficaz para a expansão de mercados. Parcerias com empresas locais, distribuidores e agentes podem facilitar a entrada em novos mercados, proporcionando conhecimento local, acesso a canais de distribuição e insights sobre as preferências dos consumidores. A cooperação com outras economias emergentes ou economias desenvolvidas também pode fomentar a troca de conhecimentos, tecnologias e melhores práticas, impulsionando o desenvolvimento econômico e ampliando as oportunidades de mercado.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é uma forma primária de fluxo de capital internacional, envolvendo a aquisição de ativos produtivos em um país por investidores estrangeiros, que podem incluir a construção de novas instalações, a aquisição de empresas existentes ou a expansão das operações internacionais de uma empresa. A importância do IED reside na sua capacidade de fornecer não apenas recursos financeiros, mas também tecnologia, conhecimento gerencial e acesso a novos mercados.

Para maximizar os benefícios do IED, as economias emergentes frequentemente adotam políticas de incentivo para atrair investidores estrangeiros. Essas políticas podem incluir incentivos fiscais, subsídios, isenções de tarifas e facilidades regulatórias. A criação de um ambiente favorável ao investimento é fundamental para atrair capital estrangeiro, e isso pode ser alcançado através da simplificação de processos burocráticos, da garantia de estabilidade política e econômica, e da proteção dos direitos dos investidores (Padrón *et al.*, 2015).

Além disso, a promoção de zonas econômicas especiais ou áreas de desenvolvimento econômico pode oferecer vantagens adicionais aos investidores estrangeiros. Essas zonas geralmente proporcionam um ambiente de negócios com condições mais favoráveis, como benefícios fiscais e regulatórios, para estimular a instalação de novas empresas e a expansão das operações internacionais. A eficácia dessas políticas de incentivo depende da clareza, consistência e transparência das regras estabelecidas, bem como da capacidade do governo em implementar e monitorar essas políticas de forma eficaz.

No curto prazo, o influxo de capital estrangeiro pode acelerar o crescimento econômico através da criação de empregos e da melhoria da infraestrutura. No longo prazo, o IED pode promover um desenvolvimento mais sustentável, contribuindo para a diversificação econômica e para a integração da economia local nos mercados globais (Souza *et al.*, 2015).

Os investimentos estrangeiros podem também estimular a concorrência no mercado, incentivando as empresas locais a melhorar sua eficiência e a adotar melhores práticas. Esse aumento na concorrência pode levar a melhorias na qualidade dos produtos e serviços, beneficiando os consumidores e estimulando a inovação. Além disso, o IED pode promover o desenvolvimento de cadeias de valor

locais, uma vez que as empresas estrangeiras muitas vezes estabelecem relações com fornecedores e parceiros locais, o que pode fortalecer o setor privado e promover o crescimento econômico regional.

Contudo, é importante que os países receptores de IED estejam preparados para gerenciar os desafios associados, como a possível concentração de poder econômico nas mãos de grandes empresas multinacionais e as implicações para a política econômica local. A formulação de políticas que assegurem que os benefícios do IED sejam amplamente distribuídos e que promovam o desenvolvimento econômico inclusivo é essencial para maximizar os impactos positivos do investimento estrangeiro direto (Arruda; Salazar, 2021).

A inovação e a transferência de tecnologia são componentes centrais para o desenvolvimento e a competitividade das economias emergentes no contexto do comércio exterior. A capacidade de inovar e adotar novas tecnologias não só impulsiona o crescimento econômico, mas também melhora a posição das economias emergentes no mercado global. Economias emergentes que investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) podem criar produtos e processos mais eficientes, bem como introduzir novas tecnologias que atendem às demandas e preferências globais. A capacidade de inovar permite que essas economias se destaquem em setores específicos, oferecendo produtos diferenciados e de alta qualidade que podem conquistar mercados internacionais (Silva Filho, 2015).

Inclusive, a inovação pode ser um diferencial estratégico importante para superar as barreiras de entrada em mercados estrangeiros. Produtos inovadores frequentemente têm uma aceitação mais fácil no mercado global devido à sua capacidade de atender a necessidades específicas ou oferecer soluções mais avançadas do que os produtos concorrentes. Dessa forma, a inovação não apenas aumenta a competitividade das empresas no mercado global, mas também contribui para a diversificação e fortalecimento das exportações das economias emergentes.

A transferência de tecnologia é um processo crítico que permite às economias emergentes adquirir e adaptar tecnologias avançadas desenvolvidas em outros países. Esse processo pode ocorrer através de vários canais, incluindo investimentos estrangeiros, parcerias estratégicas e acordos comerciais. A transferência de tecnologia não só proporciona acesso a novas ferramentas e processos, mas também

contribui para a capacitação das empresas locais e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas (Messa, 2015)

Para que a transferência de tecnologia seja eficaz, é primário que haja um ambiente de suporte que inclua políticas favoráveis, infraestrutura adequada e sistemas educacionais robustos. As economias emergentes devem investir em formação e capacitação de sua força de trabalho para garantir que possam aproveitar plenamente as novas tecnologias e integrá-las de forma efetiva em seus processos produtivos. A criação de centros de pesquisa e inovação e a promoção de parcerias entre universidades e setor privado também são estratégias eficazes para facilitar a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, buscou-se averiguar os riscos e as oportunidades que o comércio exterior apresenta para economias emergentes, com ênfase na última década. De forma singular, foi possível caracterizar os principais riscos econômicos, políticos e financeiros enfrentados por essas economias, como instabilidade política, políticas comerciais protecionistas e a presença de corrupção. No âmbito econômico-financeiro, destacou-se o impacto das flutuações cambiais, da inflação e das dificuldades de acesso ao crédito, além dos riscos de mercado e operacionais, que incluem a forte concorrência internacional, os desafios logísticos e questões regulatórias.

Por outro lado, a pesquisa explorou as oportunidades oferecidas pelo comércio exterior para o crescimento e diversificação econômica das economias emergentes. A expansão de mercados, o acesso a novos consumidores e o potencial de atrair investimento estrangeiro direto foram alguns dos pontos enfatizados. Também foi evidenciado o papel da inovação e da transferência de tecnologia na promoção da competitividade e a importância da diversificação econômica associada a práticas sustentáveis para um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Assim, os objetivos específicos estabelecidos, de caracterizar os principais riscos, explorar as oportunidades e evidenciar políticas e estratégias bem-sucedidas, foram alcançados. Com base nesses achados, recomenda-se que futuras investigações aprofunde o impacto das políticas comerciais protecionistas sobre as

economias emergentes e a análise das melhores práticas de governança para mitigar a corrupção e melhorar a estabilidade institucional.

No que se refere às políticas comerciais, sugere-se que economias emergentes implementem estratégias de diversificação econômica e integrem práticas sustentáveis no comércio internacional. A adoção de políticas que incentivem a inovação e o investimento em setores estratégicos pode contribuir para uma maior resiliência econômica. Também é recomendável que esses países busquem acordos comerciais que ampliem o acesso a novos mercados e reforcem as parcerias comerciais internacionais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ane Izabelle Bezerra de; SALAZAR, Viviane Santos. **A influência da instituição formal no processo de internacionalização das MPMEs em uma economia.** Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext, v. 16, n. 1, p. 36-55, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BONFIM, Mariana Pereira; PADOVANI, Fernando; DUQUE, Andréa Paula Osório. **O impacto do câmbio nas ações das empresas brasileiras internacionalizadas.** Pensar Contábil, v. 17, n. 62, 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** 5ª edição. Revista e atualizada pela norma da ABNT 14724, de 30/12/2005 Ed. Hora Saraiva. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FERNANDES, Ivan Filipe. **O Brasil como potência emergente no Sul Global no novo cenário internacional: ameaças e possibilidades diante da mudança hegemônica.** Revista Estudos do Século XX, n. 23, p. 99-115, 2023. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MESSA, Alexandre. **Impacto das barreiras comerciais sobre a produtividade da indústria brasileira.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, nº 3, 2º Sem./1996. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

OLIVEIRA, Rodrigo Regazonni de. **Entre a Águia e o Dragão? O comércio exterior brasileiro diante de Estados Unidos e China.** *Conjuntura Global*, v. 4, n. 3, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PADRÓN, Alejandro da Rocha Souto *et al.* **Por que a elasticidade-preço das exportações é baixa no Brasil?: novas evidências desagregadas.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

PIVETA, Maíra Nunes *et al.* **A influência de capacidades dinâmicas e incertezas ambientais na propensão para a internacionalização de empresas de base tecnológica em uma economia emergente.** 2022. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

RIBEIRO, Fernando *et al.* **Comércio exterior, política comercial e investimentos estrangeiros: considerações preliminares sobre os impactos da crise do Covid-19.** *Carta Conjunt. (Inst. Pesqui. Econ. Apl.)*, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ROCHA, Katia; MOREIRA, Ajax; SILVEIRA, Marcos. **O fluxo de capital para as economias emergentes eo grau de desenvolvimento do sistema financeiro.** *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 47, n. 2, p. 235-257, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA FILHO, Edison Benedito da. **Financiamento de parcerias público-privadas no setor de infraestrutura: desafios e oportunidades para a atração de capital estrangeiro.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SOUZA, André de Mello *et al.* **Brasil em desenvolvimento 2015: Estado, planejamento e políticas públicas.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero. **Inovação tecnológica e o papel das empresas estrangeiras no Brasil.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.